

Dengue: monitoramento até a Semana Epidemiológica (SE) 21 de 2014

Em 2014 foram registrados 483.516 casos de dengue no país até a semana epidemiológica (SE) 21 (18/05 a 24/05) (Figura 1). A região Sudeste teve o maior número de casos (280.575 casos; 58,0%), seguida das regiões Centro-Oeste (92.073 casos; 19,0%), Nordeste (47.027 casos; 9,7%), Sul (37.947 casos; 7,8%) e Norte (25.894 casos; 5,4%) (Tabela 1). Na análise comparativa em relação a 2013, observa-se redução de 63,3% dos casos no país.

A análise das incidências (número de casos por 100 mil habitantes), nas Unidades da Federação (UFs) demonstra redução em todas as regiões. No entanto, as seguintes UFs apresentam aumento no número absoluto de casos e incidência: Acre (487,1 casos), Roraima (112,5 casos), Sergipe

(61,8 casos), Santa Catarina (5,3 casos) e Distrito Federal (361,5 casos). Cabe destacar que, ainda que observado aumento do número de casos nestas UFs, as incidências em Sergipe e Santa Catarina permanecem inferiores a 100 casos/100 mil habitantes, o que é considerado baixa incidência (Tabela 1).

Os dez municípios com maior registro de casos no período são apresentados na Tabela 2. Nove deles apresentam incidência considerada alta, acima de 300 casos/100 mil habitantes, com destaque para os municípios de Campinas (SP), Goiânia (GO), Luziânia (GO), Maringá (PR), Americana (SP), Aparecida de Goiânia (GO) e Taubaté (SP). Entre os cinco municípios com mais de um milhão de habitantes que aparecem neste *ranking* – São Paulo, Campinas, Goiânia, Brasília e Belo Horizonte –, apenas São Paulo apresenta incidência abaixo de 300 casos/100 mil habitantes.

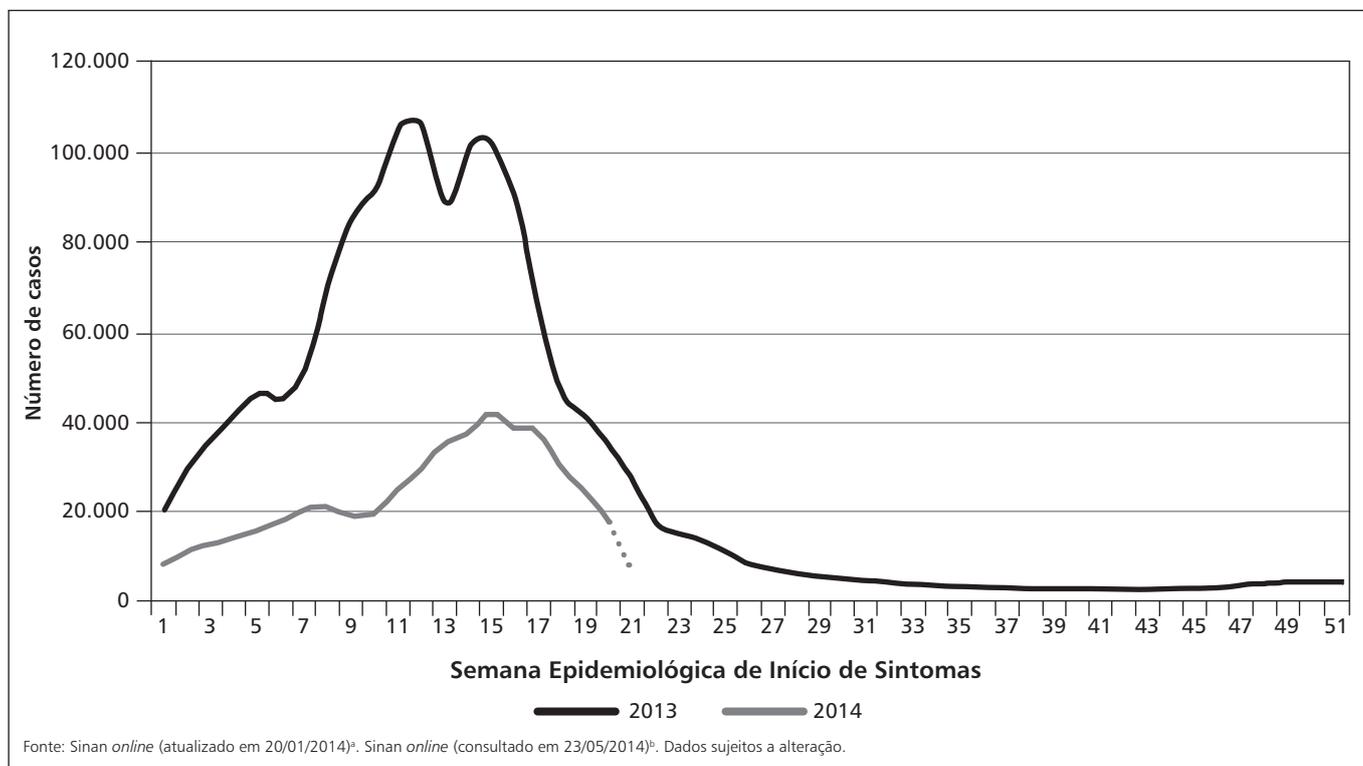


Figura 1 – Casos de dengue por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2013^a e 2014^b

Tabela 1 – Número de casos notificados de dengue e taxa de incidência (por 100.000 hab.), por região e Unidade da Federação, 2013 e 2014

Região/UF	SE 01 a 21		Incidência (/100 mil hab.)	
	2013 ^a	2014 ^b	2013 ^a	2014 ^b
Norte	41.804	25.894	255,7	158,4
Rondônia	8.314	2.801	522,9	176,2
Acre	2.247	3.696	296,1	487,1
Amazonas	14.477	7.002	403,1	195,0
Roraima	327	528	69,6	112,5
Pará	7.966	4.914	101,8	62,8
Amapá	1.448	719	207,3	102,9
Tocantins	7.025	6.234	495,5	439,7
Nordeste	100.210	47.027	185,9	87,2
Maranhão	2.508	1.554	37,4	23,1
Piauí	2.977	2.953	94,2	93,4
Ceará	14.839	13.467	172,4	156,5
Rio Grande do Norte	9.558	5.459	296,1	169,1
Paraíba	6.743	3.517	176,7	92,2
Pernambuco	4.821	4.177	54,0	46,8
Alagoas	4.372	3.830	138,1	121,0
Sergipe	326	1.304	15,4	61,8
Bahia	54.066	10.766	381,4	75,9
Sudeste	872.372	280.575	1.069,5	344,0
Minas Gerais	404.026	63.990	2.034,8	322,3
Espírito Santo	57.281	13.749	1.600,9	384,3
Rio de Janeiro	201.994	7.871	1.244,5	48,5
São Paulo	209.071	194.965	499,0	465,3
Sul	64.923	37.947	234,1	136,8
Paraná	64.177	37.221	606,7	351,9
Santa Catarina	331	339	5,2	5,3
Rio Grande do Sul	415	387	3,9	3,6
Centro-Oeste	239.415	92.073	1.659,8	638,3
Mato Grosso do Sul	76.423	5.940	3.050,7	237,1
Mato Grosso	31.199	6.853	1.001,5	220,0
Goiás	122.938	69.705	1.997,7	1.132,5
Distrito Federal	8.835	9.575	333,6	361,5
Total	1.318.724	483.516	679,8	249,3

Fonte: Sinan online (atualizado em 20/01/2014)^a. Sinan online (consultado em 29/05/2014)^b. Dados sujeitos a alteração.

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Jarbas Barbosa da Silva Jr (Editor Geral), Sônia Maria Feitosa Brito, Carlos Augusto Vaz de Souza, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Deborah Carvalho Malta, Fábio Caldas de Mesquita, Marcus Vinicius Quito, Elisete Duarte, Marta Roberta Santana Coelho, Eunice de Lima, Carlos Estênio Freire Brasilino.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Giovanini Evelim Coelho (Editor Científico), Gilmar Lima Nascimento (Editora Assistente), Izabel Lucena Gadioli (Editora Assistente).

Colaboradores

Isabela Ornelas Pereira (CGPNCD/DEVIT/SVS), Jaqueline Martins (CGPNCD/DEVIT/SVS), Kauara Brito Campos (CGPNCD/DEVIT/SVS), Livia Carla Vinhal (CGPNCD/DEVIT/SVS), Matheus de Paula Ceroni (CGPNCD/DEVIT/SVS), Priscila Leal Leite (CGPNCD/DEVIT/SVS), Sulamita Brandão Barbiratto (CGPNCD/DEVIT/SVS).

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Revisão de texto

Thais de Souza Andrade Pansani (CGDEP/SVS)

Tabela 2 – Casos notificados de dengue e taxas de incidência (por 100.000 hab.) nos municípios com maior registro de casos em 2013 e 2014

UF	Município	SE 01 a 21			
		2013 ^a		2014 ^b	
		Casos	Incidência (/100 mil hab.)	Casos	Incidência (/100 mil hab.)
SP	São Paulo	4.147	35,1	35.252	298,2
SP	Campinas	6.699	585,1	30.526	2.666,3
GO	Goiânia	50.064	3.592,5	13.991	1.004,0
GO	Luziânia	710	377,3	10.084	5.358,7
DF	Brasília	8.835	316,7	9.575	343,2
SP	Americana	632	281,5	8.004	3.564,4
MG	Belo Horizonte	95.986	3.871,7	7.882	317,9
PR	Maringá	2.763	716,3	7.632	1.978,5
SP	Taubaté	502	169,3	5.489	1.851,7
GO	Aparecida de Goiânia	12.144	2.425,8	5.108	1.020,3

Fonte: Sinan online (atualizado em 20/01/2014)^a. Sinan online (consultado em 29/05/2014)^b. Dados sujeitos a alteração.

Casos graves e óbitos

Em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue da Organização Mundial da Saúde (OMS). Agora os casos são classificados como **dengue, dengue com sinais de alarme, e dengue grave**. Por essa razão, não é possível fazer a comparação direta dos casos graves com 2013 tendo em vista que nesse ano adotava-se para tais casos a seguinte classificação: febre hemorrágica da dengue (FHD), síndrome do choque da dengue (SCD) e dengue com complicações (DCC).

Destaca-se que a adoção da nova classificação de casos graves não traz prejuízos para a análise da situação epidemiológica porque a mortalidade é um indicador da ocorrência de casos graves.

Em 2014, da SE 01 até a SE 21, foram confirmados no país 226 casos de dengue grave e 3.026 casos com sinais de alarme. A região com maior número de registros de casos graves e com sinais de alarme é a região Sudeste (109 graves; 2.312 com sinais de alarme), com a seguinte distribuição entre seus estados: São Paulo (74 graves; 1.855 com sinais de alarme), Minas Gerais (22 graves; 302 com sinais de alarme), Rio de Janeiro (6 graves; 27 com sinais de alarme) e Espírito Santo (7 graves; 128 com sinais de alarme). A segunda região com maior número de casos é a Centro-Oeste (61 graves; 375 com sinais de alarme), com a seguinte distribuição: Goiás (37 graves; 324 com sinais de alarme), Distrito

Federal (16 graves; 18 com sinais de alarme), Mato Grosso (5 graves; 14 com sinais de alarme) e Mato Grosso do Sul (3 graves; 19 com sinais de alarme). Houve também confirmação de 119 óbitos, o que representa uma redução no país de 76% em comparação com o mesmo período de 2013, quando foram confirmados 487 óbitos (Tabela 3).

Existem 216 casos graves e com sinais de alarme e 217 óbitos em investigação que poderão ser confirmados ou descartados nas próximas semanas.

Sorotipos virais

Nos meses de janeiro a maio de 2014 foram enviadas 6.321 amostras para realização do exame de isolamento viral, sendo 2.032 positivos (32,1%). As proporções dos sorotipos virais identificados foram: DENV1 (80,1%), seguido de DENV4 (17,7%), DENV2 (1,8%) e DENV3 (0,4%) (Tabela 4). Existem informações de isolamento viral de 19 (70,4%) UFs. Nas UFs com incidência acima de 100 casos/100 mil habitantes, a proporção de sorotipos isolados é a seguinte: Rondônia (100% DENV4), Acre (sem informações), Amazonas (100% DENV4), Tocantins (100% DENV4), Minas Gerais (95,7% DENV1 e 4,3% DENV4), Espírito Santo (41,7% DENV1 e 58,3% DENV4), São Paulo (91% DENV1, 5,4% DENV4 e 3,6% DENV2), Paraná (99% DENV1 e 1% DENV4), Mato Grosso do Sul (6% DENV1 e 94% DENV4), Mato Grosso (sem informações), Goiás (81,5% DENV1 e 18,5% DENV4) e Distrito Federal (100% DENV1).

Tabela 3 – Casos graves, com sinais de alarme e óbitos por dengue confirmados em 2013 e 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	SE 01 a 21				
	Casos confirmados			Óbitos confirmados	
	2013 ^a	2014 ^b		2013 ^a	2014 ^b
	Dengue grave ¹	Dengue grave ²	Dengue com sinais de alarme ²		
Norte	176	2	33	27	4
Rondônia	28	1	3	4	1
Acre	2	0	2	0	0
Amazonas	88	1	6	9	3
Roraima	0	0	1	0	0
Pará	33	0	6	10	0
Amapá	6	0	0	1	0
Tocantins	19	0	15	3	0
Nordeste	351	42	203	77	17
Maranhão	29	3	20	11	3
Piauí	12	7	7	1	0
Ceará	65	8	66	26	4
Rio Grande do Norte	57	0	38	8	0
Paraíba	50	5	8	8	2
Pernambuco	28	1	0	11	1
Alagoas	12	2	16	0	0
Sergipe	1	2	4	0	2
Bahia	97	14	44	12	5
Sudeste	3.169	109	2.312	236	61
Minas Gerais	359	22	302	94	18
Espírito Santo	1.229	7	128	22	2
Rio de Janeiro	1.179	6	27	52	7
São Paulo	402	74	1.855	68	34
Sul	226	12	103	26	8
Paraná	224	12	101	26	8
Santa Catarina	1	0	1	0	0
Rio Grande do Sul	1	0	1	0	0
Centro-Oeste	1.930	61	375	121	29
Mato Grosso do Sul	743	3	19	33	3
Mato Grosso	92	5	14	23	5
Goiás	1.083	37	324	61	15
Distrito Federal	12	16	18	4	6
Brasil	5.852	226	3.026	487	119

Fonte:

a) Sinan *online* (atualizado em 20/01/2014).

b) Sinan *online* (consultado em 14/05/2014). Dados sujeitos a alteração.

1) Classificação final de dengue utilizada até 2013

2) Nova classificação final adotada pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

Tabela 4 – Número de amostras examinadas, percentual de positividade e sorotipos virais de dengue confirmados em 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	Amostras enviadas n	Positivos		Sorotipos confirmados (%)			
		n	%	DENV1	DENV2	DENV3	DENV4
Norte	274	16	5,8	18,8	0,0	0,0	81,3
Rondônia	14	1	7,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Acre	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	38	5	13,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Roraima	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	194	7	3,6	28,6	0,0	0,0	71,4
Amapá	2	1	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	26	2	7,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Nordeste	1.006	220	21,9	20,9	0,0	3,6	75,5
Maranhão	43	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Piauí	57	3	5,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Ceará	297	66	22,2	54,5	0,0	6,1	39,4
Rio Grande do Norte	15	4	26,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Paraíba	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pernambuco	205	6	2,9	16,7	0,0	66,7	16,7
Alagoas	22	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sergipe	25	3	12,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Bahia	341	138	40,5	4,3	0,0	0,0	95,7
Sudeste	3.508	1.217	34,7	89,8	3,3	0,0	7,0
Minas Gerais	982	139	14,2	95,7	0,0	0,0	4,3
Espírito Santo	175	24	13,7	41,7	0,0	0,0	58,3
Rio de Janeiro	389	15	3,9	40,0	0,0	0,0	60,0
São Paulo	1.962	1.039	53,0	91,0	3,6	0,0	5,4
Sul	364	214	58,8	99,0	0,0	0,0	1,0
Paraná	342	197	57,6	99,0	0,0	0,0	1,0
Santa Catarina	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	21	17	81,0	94,1	0,0	0,0	5,9
Centro-Oeste	1.169	365	31,2	61,3	0,0	0,0	38,7
Mato Grosso do Sul	106	50	47,2	6,0	0,0	0,0	94,0
Mato Grosso	46	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Goiás	464	248	53,4	81,5	0,0	0,0	18,5
Distrito Federal	553	67	12,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	6.321	2.032	32,1	80,1	1,8	0,4	17,7

Fonte: Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL), Instituto Adolfo Lutz-SP (IAL) e Instituto Evandro Chagas-PA (IEC) (consulta realizada em 02/06/2014). Dados sujeitos a alteração.

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Repasse, em dezembro de 2013, de R\$ 363,4 milhões a todos os municípios do país para vigilância, prevenção e controle da dengue. Esse valor representa 30% do valor anual do Piso Fixo de Vigilância e Promoção à Saúde, repassado para 2014 (R\$ 1,2 bilhão).
2. Distribuição, aos estados e municípios, de 100 mil kg de larvicidas, 227 mil litros de adulticida e 10,4 mil kits para diagnóstico.
3. Lançamento, em dezembro de 2013, da nova campanha de mobilização com o *slogan* **Não dê tempo para a dengue**. A intensificação de sua divulgação será realizada durante todo o período sazonal da dengue em 2014.
4. Revisão e elaboração dos planos de contingência de enfrentamento das epidemias de dengue das secretarias estaduais de saúde.
5. Realização de videoconferência com os estados e municípios que funcionarão como sedes ou que hospedarão delegações durante a Copa do Mundo 2014, para elaboração do Plano de Contingência da Dengue.
6. Visitas técnicas para assessorar as UFs na elaboração dos planos de contingência da dengue.
7. Realização de videoconferência de mobilização e avaliação das atividades de prevenção e controle da dengue com representantes das secretarias estaduais de saúde e com dirigentes estaduais de vigilância.

8. Realização de reuniões macrorregionais com as vigilâncias epidemiológicas para aprimoramento da capacidade da análise de dados para dengue.
9. Apresentação às vigilâncias epidemiológicas dos estados, capitais e municípios prioritários capitais do Plano de Contingência Nacional de resposta ao vírus. A doença chikungunya não tem registro de casos autóctones no Brasil, porém é transmitida pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. O surto de chikungunya que ocorre atualmente no Caribe aumentou o nível de vigilância para esse agravo e a necessidade de preparação para resposta a essa ameaça.